

ACESSO E PERMANÊNCIA DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA EM UMA INSTITUIÇÃO PRIVADA CONFSSIONAL EM MANAUS

I Congresso Nacional de Práticas de Ensino na Educação Inclusiva, 1ª edição, de 01/08/2024 a 02/08/2024
ISBN dos Anais: 978-65-5465-106-6

COSTA; Ana Flávia de Lima ¹, PEREIRA; DENILSON DINIZ ²

RESUMO

A partir da pesquisa, observa-se a necessidade do diálogo relacionado a inclusão em um ambiente escolar confessional privado, visto que a pesquisadora enquanto estagiária neste espaço tem que possuir um olhar além da sala de aula regular, para que possamos reconhecer que existem inúmeras possibilidades de acesso para as crianças com deficiências.

A escolha pela instituição escolar confessional privado como objeto de estudo se justifica pela necessidade de compreender como esse espaço, tradicionalmente reconhecido em Manaus por um ensino de qualidade e valores éticos, se adapta às exigências legais e às necessidades específicas das crianças com deficiência.

O estudo é relevante pois, a inclusão educacional é um direito garantido pela legislação brasileira, em especial pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Brasil, Lei nº 13.146/2015), que estabelece diretrizes para garantir a igualdade de condições de acesso e permanência na escola.

Partindo do olhar da pesquisadora que atua como estagiária da pré-escola na educação infantil, viu-se instigada pela procura de matrícula para crianças com deficiência neste ambiente escolar confessional privado e assim, propôs como temática de pesquisa após orientações e conversas com o orientador "Acesso e permanência de crianças com deficiência em uma instituição privada confessional em Manaus", buscando a partir do objetivo geral compreender como e de que forma é garantido o acesso e a permanência de tais crianças neste ambiente escolar confessional privado em Manaus?

O acesso e a permanência de crianças com deficiência nas escolas privadas confessionais envolvem uma série de desafios. Desde a adaptação da infraestrutura física até a capacitação de professores e o desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas, são múltiplos os aspectos que precisam ser considerados. Nesse sentido, algumas questões norteadoras surgem: Como a instituição em estudo tem estruturado suas práticas inclusivas? Quais são as principais dificuldades enfrentadas por pais, alunos e educadores? Quais estratégias têm se mostrado eficazes na promoção da inclusão? E, finalmente, de que maneira os princípios confessionais da instituição influenciam o processo de inclusão?

É importante ressaltar que não é suficiente apenas o acolhimento na escola, mas, que o aluno com necessidades educacionais especiais tenha condições efetivas de aprendizagem e desenvolvimento de suas capacidades, sendo necessário reestruturas curriculares para assegurar a esses alunos suportes adequados e específicos nas práticas pedagógicas visto que a Educação Especial se baseia numa educação de qualidade para todos e no respeito a diversidade.

A inclusão de crianças com deficiência no ambiente escolar é um desafio constante para a educação contemporânea, exigindo adaptações e estratégias específicas para garantir o acesso e a permanência desses alunos. No contexto das instituições privadas confessionais, esse desafio adquire contornos particulares, dado o compromisso dessas instituições com valores religiosos e educacionais específicos, além das normas legais e pedagógicas comuns a todas as escolas.

É importante lembrar que a educação é um direito para todos (Brasil, 1988, Art. 205), ou seja, todas as crianças têm o direito de educação, independente da sua necessidade, e as escolas precisam estar preparadas para atender todas essas demandas, principalmente garantir o seu acesso e permanência. Dessa forma, será abordado se existe a inclusão e o acolhimento de todos que participam dessa instituição, assim como, o respeito da particularidade de cada criança.

¹ UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS - UFAM, ana12flavia2002@gmail.com

² UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS - UFAM, denilsondiniz@ufam.edu.br

A educação inclusiva tendo como pressuposto a “escola para todos”, assegura igualdade de oportunidades, aceita a diversidade, trabalha na heterogeneidade. É capaz de garantir vivências cotidianas para que os alunos se apropriem dos mediadores sociais para o relacionamento com a cultura. A educação inclusiva constituiu uma oportunidade para que uma parte da população escolar não seja afastada do convívio e da riqueza que a diferença proporciona.

O pressuposto da escola para todos indica que todos deverão estar nas escolas como sujeitos do processo educacional e não apenas colocados na contraparte da configuração politicamente correta. As aprendizagens necessárias a convivência social deve ser apreendida por cada um e por todos os membros de uma sociedade que coexistem no mesmo momento histórico, em uma educação única. Esta nova visão sobre igualdades e diferenças requer uma nova abordagem de educação, de escola e de sujeito. É necessário debater sobre diferenças que se complementam em vez de se excluírem mutuamente.

A educação em uma instituição confessional privada é caracterizada pela integração de valores religiosos com o currículo acadêmico tradicional. Essas instituições são mantidas por organizações religiosas e, além de oferecerem a educação formal prevista pelas diretrizes do Ministério da Educação, promovem a formação espiritual e moral de seus alunos conforme os princípios da fé que professam. (Bruno. 2008)

A proposta educativa desta instituição está baseada em valores éticos e respeitando as diferenças, o estudante é protagonista no processo de construção do conhecimento. A mesma visa a uma educação de excelência e ao desenvolvimento integral dos sujeitos. Desse modo, os irmãos e professores, procuram trabalhar nos alunos os três níveis do ser humano: 1- o nível físico: o aluno aprende que o sentido transcende da vida repercute na forma pela qual ele trata e valoriza seu próprio corpo. 2- o nível psíquico: o aluno aprende a trabalhar a capacidade de perceber, sentir, compreender, querer, julgar, interagir e criar senso coletivo. 3- o nível espiritual: o aluno aprende que deve ter o próprio Deus como modelo de ser e agir. Envolvendo Processo integral, progressivo e contínuo de crescimento das pessoas e das comunidades; Forma de transformação do homem e da sociedade na perspectiva do Reino de Deus; Ação pastoral de Igreja, realizada à luz de suas orientações.

A educação lassalista zela pelos conteúdos e pelos processos coerentes que construam uma verdadeira identidade humana, através do desenvolvimento harmônico do afeto, da inteligência e da vontade, em unidade, a partir e para o amor.

Estudar em uma instituição confessional privada pode ser uma escolha excelente para famílias que valorizam uma educação baseada em princípios religiosos e desejam um ambiente educativo que reflita esses valores.

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma condição neurológica e de desenvolvimento que afeta a comunicação, o comportamento e a interação social. A manifestação do TEA varia amplamente de pessoa para pessoa, nesse caso de criança para criança, razão pela qual é referido como um "espectro".

Promover a inclusão das pessoas/crianças com TEA na sociedade é fundamental. Isso envolve adaptar ambientes escolares e de trabalho, aumentar a conscientização sobre o transtorno e garantir que essas pessoas tenham acesso aos recursos e suporte necessários para desenvolver seu potencial. (Carvalho, 2004)

Em 2016 foi o início de poucas crianças com TEA matriculadas, já no ano atual, aumentou significativamente e para a inclusão com essas crianças existe a auxiliar pedagógica de inclusão (API) que trabalha junto com a professora regente e estagiária para garantir o acesso e permanência de todas as crianças.

A API iniciou seu trabalho na instituição a partir de 2019 por conta da alta demanda. Nesse sentido, é a pessoa responsável por garantir o acesso e permanência da criança com especificidade, ajudar na interação com os colegas da sala de aula, e tudo o que ocorre no contexto escolar.

¹ UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS - UFAM, ana12flavia2002@gmail.com

² UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS - UFAM, denilsondiniz@ufam.edu.br

As famílias de crianças com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) enfrentam diversos desafios no processo de ensino-aprendizagem. Estes desafios podem afetar tanto o bem-estar da criança como a dinâmica familiar. (Sasaki, 2004)

Para mitigar esses desafios, é fundamental que haja uma colaboração efetiva entre as famílias, as escolas e os profissionais de saúde. Programas de formação para professores, acesso a terapias e intervenções adequadas, e o fortalecimento de redes de apoio são essenciais para promover um ambiente de aprendizagem inclusivo e eficaz para crianças com TEA.

Inicialmente, para algumas famílias ocorre o chamado “luto”, pois os pais passam nove meses se preparando e idealizando como chamam o “filho perfeito” e ao nascer descobre que seu filho tem TEA. Muitas das vezes os pais ficam assustados, se perguntado o que fazer, não se sentindo preparado, sem saber se vão conseguir cuidar da maneira correta, e até sentem insegurança de matricular seu filho em uma escola, pois gera um grande impacto, já outras famílias são mais tranquilas nessa aceitação.

O ensino-aprendizagem vai depender muito do grau que a criança tem, uma criança com grau três, por exemplo, precisa de muita assistência, pois é não verbal e tem o seu tempo determinado para cada situação na sua rotina, assim, ficando inquieta se passar o horário de ir para casa, sentindo falta dos pais, ou até com fome.

O responsável pelo aluno, no primeiro momento procura a instituição, onde é realizada a matrícula da criança, após a equipe pedagógica realiza uma análise comportamental, para identificar o que a criança consegue e não consegue desenvolver. Dessa forma, a coordenadora do AEE da instituição passa todas as informações e especificidades da criança para a professora e API. Foram observados os seguintes pontos que a instituição procura desenvolver: acompanhamento individual, participação em todos os eventos da instituição e inclusão de forma integral, igualmente a todas as crianças.

Para o desenvolvimento da pesquisa no primeiro momento realizou-se um levantamento bibliográfico relacionado à temática proposta e em momento posterior foi proposta uma abordagem qualitativa, na qual possibilitou conhecer um ambiente escolar confessional, com crianças com deficiência em turmas de educação infantil. Neste pensar o questionamento principal da pesquisa foi verificar se os professores estavam promovendo o acesso e a permanência dos alunos com deficiência no espaço escolar? De modo que os trabalhos pedagógicos da Educação Especial no espaço pesquisado permitissem o desenvolvimento de conhecimentos e valores que pudessem servir de instrumentos mediadores da interação do indivíduo com o mundo e com as diferenças.

Esta pesquisa foi desenvolvida com professoras e coordenadora pedagógica. Os sujeitos desta pesquisa foram compostos por sete docentes, as entrevistadas foram as mesmas que assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE.

Foi assumido, à elaboração desta pesquisa, o compromisso de manter uma postura ética com relação ao material coletado, a fim de ter o cuidado de não revelar informações que possam constranger de qualquer forma os sujeitos entrevistados.

Durante as observações realizadas na instituição confessional privada em Manaus/AM, podemos observar que a mesma está inserida na zona centro oeste da cidade, de fácil acesso e tem como referências a praça do Dom Pedro, sendo um bairro formado por conjuntos habitacionais de classe média alta.

Compreender os diferentes universos das escolas pode trazer vantagens na hora de se comunicar e de relacionar.

O que realmente traz desconforto são as contradições nas legislações que difundem o tema. Grande é a falta de preocupação do Estado com o público contextualizado aqui, tão especial e tão importante para a sociedade como um todo.

É necessário um longo trabalho de conscientização da sociedade em geral, para mudar a mentalidade ainda carregada de preconceitos, e, ao mesmo tempo, um empenho significativo na formação, qualificação e treinamento permanente dos profissionais da educação, em especial os

¹ UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS - UFAM, ana12flavia2002@gmail.com

² UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS - UFAM, denilsondiniz@ufam.edu.br

professores, ou seja, uma intervenção sistemática na estrutura social e nas práticas em sala de aula.

Nesse sentido a busca pela formação na área da educação inclusiva é necessária para que haja de fato não somente o acesso, mas a permanência das crianças com deficiência no ambiente escolar.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 01 Jan. 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L3071.htm. Acesso em: 07 jun. 2024.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 2010.

BRUNO, Marilda Moraes Garcia. A construção da escola inclusiva: uma análise das políticas públicas e da prática pedagógica no contexto da educação infantil. In Revista @mbienteeducação, São Paulo, v.1 - n. 2, p. 56-67, ago./dez. 2008.

CARVALHO, Rosita Édler. Educação Inclusiva: Com os Pingos nos "is". Porto Alegre: Mediação, 2004.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: Construindo uma sociedade para todos. 5.ed. Rio de Janeiro: WVA, 2003.

PALAVRAS-CHAVE: ACESSO E PERMANÊNCIA, CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA, INSTITUIÇÃO PRIVADA CONFSSIONAL